A INTERAÇÃO ENTRE O MOVIMENTO DE MULHERES RURAIS E O ESTADO BRASILEIRO NAS DISPUTAS DEMOCRÁTICAS DO SÉCULO XXI

Maria Leticia Leite Santos[1]
Clarisse Goulart Paradis[2]

RESUMO

O trabalho a ser apresentado faz parte do projeto de pesquisa "A interação entre o campo feminista brasileiro e o Estado nas disputas democráticas do século XXI", coordenado pela professora Clarisse Paradis. Este projeto tem como proposta uma pesquisa sobre a tensa e disputada relação entre ação política feminista e as instituições estatais no Brasil, a partir da reflexão sobre o impacto da emergência das mulheres como sujeitos políticos e sociais coletivos e o processo de institucionalização da perspectiva feminista no interior do Estado. Nesse sentido, propõe-se um estudo de caso, de caráter exploratório, no intuito de responder quais repertórios de interação foram estabelecidos entre o movimento de mulheres rurais e o governo executivo e legislativo no Brasil e quais políticas públicas resultaram dessas interações ao longo do século XXI.

Palavras-chave: campo feminista Estado repertórios disputas democráticas .

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, IHL-Malês, Discente, letici4leite@gmail.com[1]
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, IHL-Malês, Docente, clarisseparadis@unilab.edu.br[2]

ISSN: 2447-6161

INTRODUÇÃO

O presente trabalho a priori tinha por objetivo entender as disputas entre o Estado e o campo feminista, desse modo, buscava-se compreender as principais pautas e demandas que este campo levava para o Estado e de qual modo era dialogado – ou não – com o Estado. Sobre campos feministas, Sônia Alvarez (2014) ressalta que eles "se constroem por meio de um emaranhado de interlocuções" (ALVAREZ, p.19, 2014), ou seja, dentro desse campo há diversas pautas e demandas. Pensando nisso, foi realizada uma mudança em torno do objetivo geral, em que as atenções foram voltadas para as organizações, políticas e projetos de lei de mulheres rurais.

A delimitação do tema e a escolha do movimento de mulheres rurais foi feita no sentido de adequar-se ao tempo e recursos disponíveis, que ficou mais complexo com o agravamento da pandemia de covid-19 e a suspensão das aulas. Com a pandemia e a não possibilidade de realizar o trabalho de campo, houve a necessidade de reorganizar a pesquisa com as ferramentas disponíveis, como por exemplo, o site da Câmara Federal e a leitura dos anais das Conferências Nacionais de Política para as mulheres. É partir da leitura dos anais que foi possível encontrar as principais pautas. Como ressalta Matos e Lins (2018) "tais conferências surgiram a partir da emergência também de novas formas participativas e de formatos renovados de instituições deliberativas para expressar demandas identitárias e influenciar as agendas governamentais" (MATOS; LINS, p. 139, 2018), entende-se por conferências, espaço principal de diálogo entre o Estado, movimento social e sociedade civil, dentro desses espaços de debate e trocas que surgiram os Planos Nacionais de Política para Mulheres, buscando incorporar a pauta das mulheres nas metas governamentais.

Durante o processo de pesquisa foi feito um banco de dados com legislações voltadas exclusivamente para mulheres rurais e será apresentado logo adiante. Com a busca no site da Câmara Federal e leitura dos anais das CNPMs foi possível encontrar dados relevantes para o presente projeto. No entanto, em razão da pandemia, as entrevistas e observações participantes não puderam ser realizadas. Os dados encontrados e tabelados serão apresentados ao decorrer do presente texto. Porém, pesquisar dados online tem suas limitações, como a instabilidade dos sites visitados ou o processo de ter que refinar todas as informações e encontrar as mais importantes, se faz necessário ressaltar que ter o olhar atento ao que é relevante para pesquisa no momento foi fundamental para a conclusão do presente projeto.

METODOLOGIA

Foram realizados encontros semanais (presenciais e virtuais) com a coordenadora e orientadora de pesquisa, Profª. Dra. Clarisse Paradis, para dialogar sobre as tarefas executadas, seus respectivos resultados e melhorias, além da discussão e estabelecimento das próximas tarefas. Depois de março não foi mais possível ter encontros presenciais por conta da pandemia por covid-19, voltando-se apenas para o ambiente virtual.

ISSN: 2447-6161

O primeiro passo da pesquisa foi refinar o projeto. Depois de conversas com a orientadora, decidimos focar no movimento de mulheres rurais, a escolha do setor de mulheres rurais deve-se ao interesse sobre elas, bem como a disponibilidade de informações. Sabe-se que esse setor tem demonstrado ao longo dos últimos vinte anos, formas sustentadas de interlocução entre o Estado e sociedade civil.

A partir da delimitação do objeto, foram feitas pesquisas no site da Câmara Federal, com o objetivo de encontrar os Projetos de Lei apresentados entre 2003 e 2020. Durante essas pesquisas foram utilizadas duas categorias principais “mulher” e “rural”, os resultados foram organizados em um banco de dados utilizando o programa Excel.

Foram lidos os três Planos Nacionais de Política para Mulheres, lançados pelo governo federal em 2005, 2008 e 2013. O objetivo principal das leituras é encontrar metas e direitos estabelecidos pelo Governo Federal para as mulheres rurais

Por fim, foram lidos todos os anais das CNPMs ocorridos em 2004, 2007, 2011 e 2016. Tendo como objetivo principal encontrar as principais representantes do movimento rural, quais discursos e demandas eram feitas em cada período.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os movimentos de mulheres rurais têm dois eixos principais de luta, sendo eles, gênero e classe, “porque em conjunto com o enfrentamento do patriarcado também há o enfrentamento ao capitalismo desenfreado, sistema esse que sustenta o machismo e o faz perpetuá-lo” (SANTOS; ZIMMERMAN, p.291, 2019), desse modo é certo afirmar que este movimento visa à igualdade e equidade de gênero no campo, com o foco na despartriacalização do Estado. O movimento de mulheres rurais emerge da necessidade de ter uma voz da mulher do campo, uma voz que por muito tempo foi reprimida e que agora ecoa dentro e fora do Estado brasileiro. É necessário entender também o projeto neoliberal para compreender as pautas desse movimento de mulheres. De modo mais direto o neoliberalismo é movido “(...) pela necessidade de ajustar a economia, a política e os valores societários em prol da expansão do grande capital internacional, (...) limitando as funções do Estado, que era considerado como burocrático, ineficiente e corrupto” (PARADIS, p.181-182, 2017), ou seja, nesse projeto neoliberal não há espaço para os pequenos produtores.

Com a pandemia de Covid-19 foi necessário reorganizar o projeto, para que se adequasse ao momento que

ISSN: 2447-6161

estávamos passando, desse modo os anais das Conferências Nacionais de Política para Mulheres (CNPM) foi um importante vetor para realização do projeto, porque a partir deles foi possível acessar e entender as reinvindicações dos movimentos de mulheres rurais de forma mais direta. É importante levar em conta que é a partir das CNPMs que os Planos Nacionais de Políticas para Mulheres são feitos e é necessário ressaltar que "as Conferências e as suas propostas são instrumentos a serviço da desconstrução de imaginários sociopolíticos patriarcais no âmbito do Estado e são em nosso entendimento também, formas de contestações feministas a partir do próprio eixo estatal." (MATOS; LINS, p. 140-141, 2018), ou seja, é a partir das Conferências que as mulheres conseguem dialogar – de forma direta ou indireta – com o governo e expor suas demandas.

São nas CNPM que as mulheres conseguem ter seu lugar de fala no espaço público, espaço que foi historicamente negado pelo sistema patriarcal que rege a política. Como ressalta Matos e Lins (2018) "não é apenas um marcador de diferenças, mas um princípio básico de hierarquização e de efetiva dominação, que assinala injustamente espaços e distribui desequilibradamente recursos de poder e estabelece rotinas de forma antidemocrática entre homens e mulheres." (p, 144, 2018). Esse sistema não é diferente no meio rural, pois se não fosse as mulheres, muitos homens não conseguiriam manter suas terras, sem uma mulher em casa, cozinhando, cuidando das crianças e ajudando na colheita e essa questão ficou ainda mais evidente quando percebemos o quantitativo de mulheres rurais que participaram da primeira CNPM, segundo os anais da I CNPM as mulheres rurais presentes eram 7% do público geral (BRASIL, pag.101, 2004).

As mulheres rurais são minoria entre as representações na conferência, mas mesmo assim consegue levar suas propostas e demandas, isso pode ser visto nos anais e nos planos de gênero do governo brasileiro. Para além desse espaço existem as marchas e uma que daremos destaque é a Marcha das Margaridas, uma mobilização de mulheres rurais que ocorre periodicamente, que saem de todos os cantos do Brasil e marcham em Brasília, levando uma carta com suas principais pautas.

Constatamos que há poucos Projetos de Leis que visam o bem viver das mulheres do meio rural, tal ponto é ressaltado no banco de dados criado com os Projetos de Leis que foram lidos.

Nesse projeto foi possível constatar que mesmo com mulheres ocupando espaços de poder, ainda não conseguimos avançar. Temos vivido uma onda de retrocessos em torno dos direitos das mulheres e por isso é necessário, mais do nunca, um Estado despartriacalizado, para que se tenha a manutenção dos direitos das mulheres.

CONCLUSÕES

ISSN: 2447-6161

Os movimentos de mulheres rurais há anos vêm lutando contra um Estado neoliberal e pela valorização dos pequenos agricultores, nas primeiras conferências ocorridas em 2004 e 2007, essas mulheres mesmo sendo minoria no espaço conseguiram levantar suas bandeiras e serem vistas pelo Estado, tanto que esse esforço culminou em diversas metas no Plano Nacional de Políticas para Mulheres. Porém com o retrocesso e a onda conservadora que contaminou o Brasil, isso fica nítido com a escassez dos projetos de leis voltado para as mulheres rurais.

Com a pandemia, as formas de fazer pesquisa passou por diversas mudanças para adequar-se e conseguisse chegar ao resultado final, que foi entender que todos os espaços são políticos e todos eles precisam ter mulheres, mulheres das mais diversas clivagens sociais, para que assim então possamos superar um sistema patriarcal que vem ganhando muito mais força com a onda conservadora e pautas de retrocessos que se instalaram no Brasil desde a queda da então presidenta Dilma Rousseff. Porém, ver mulheres que não fogem da luta e vão em busca dos seus objetivos de melhorar a vida da comunidade dá muita esperança para o ressurgimento do Brasil, como um país que preza o bem estar social.

AGRADECIMENTOS

Ao PIBIC, por conceder bolsas fomentadas pela CNPq, pois essas experiências adquiridas, que abrirão muitos caminhos como um processo formativo para nossa profissão;

ÀUnilab, pela oportunidade de participar desse projeto, diante do contexto que estamos vivenciando da Covid-19, nos proporcionando ter essas vivências;

À coordenadora Clarisse Goulart Paradis. que me escolheu para ser sua bolsista e mesmo com a pandemia nos fazendo ter que nos reinventar na pesquisa, conseguimos concluir com sucesso.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. CadernosPagu 43, 2014, p. 13-56.

BRASIL. Anais da 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, 2007. Disponível em:

ISSN: 2447-6161

https://www.cdes.gov.br/jspui/handle/11451/1079. Acesso: em 17 de Julho de 2020.

BRASIL. Anais da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, 2011.Disponível em: www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/pnpm/publicacoes/anais-da-3a-conferencia/view. Acesso em: 17 de Julho de 2020.

BRASIL. I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres Anais, 2004.Disponível em www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/anais-da-i-conferencia-nacional-de-politicas-para-as-mulheres/. Acesso em: 17 de Julho de 2020.

MATOS, Marlise; LINS, Isabella Lourenço. As Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres: histórico, regras, temáticas, desafios e proposições. In: MATOS, Marlise;

PARADIS, Clarisse Goulart. Mulheres como sujeitos ativos na construção de políticas públicas no Brasil. In: LEONE, Eugenia Troncoso; KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilene Oliveira (org.). **Mundo do trabalho das mulheres**: ampliar direitos e promover a igualdade. São Paulo: Cesit, 2017. p. 175-192.

SANTOS, Débora Fragata dos; ZIMMERMANN, Silvia Aparecida. O Movimento De Mulheres Camponesas Na Construção Do Feminismo Camponês Popular: Protagonismo Feminino, Práticas Feministas E História De Luta. **Revista Novos Rumos Sociológicos**, Vol.7, nº 11, p.279-310,*Jan/Jul/2019*

ISSN: 2447-6161